



Universidade de Brasília

Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
A participação docente em uma escola pública de Samambaia

Carla Borba da Rocha

Orientadora Profa. Rosana César de Arruda Fernandes
Tutor-orientador: Evanilson Araújo Santos

Brasília (DF), 19 de dezembro de 2015

Carla Borba da Rocha

CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
A participação docente em uma escola pública de Samambaia

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Educação sob orientação da Profa. Dra. Rosana César Arruda Fernandes e do professor Evanilson Araújo Santos.

TERMO DE APROVAÇÃO

Carla Borba da Rocha

CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

A participação docente em uma escola pública de Samambaia

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Profa. Doutora Rosana César de Arruda Fernandes–UnB
(Professora-orientadora)

Prof.Mestre Evanilson Araújo Santos - SEEDF
(Tutor-orientador)

Prof.Mestre Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues - SEEDF
(Examinador externo)

Brasília, 19 de dezembro de 2015

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a minha família que me apoiou e incentivou em todos os momentos.
À Universidade de Brasília pela oportunidade de ingresso nessa Especialização e pela qualidade do ensino prestado.
Ao meu tutor Evanilson pela dedicação e orientação nesta caminhada em busca do conhecimento.
À professora Rosana que apresentou e orientou esta temática brilhantemente o que me instigou a investigar e entender um pouco do que se passa o interior da escola e a dinâmica de construção do Projeto Político-Pedagógico.
E, acima de tudo, a Deus que guiou-me e amparou-me nos momentos turbulentos da vida.
Meus profundos agradecimentos.

“No cumprimento das tarefas cada participante descobre que é diferente, que faz parte do grupo e ao mesmo tempo o representa. Descobre que cada parte desse todo o expressa em suas conquistas e limitações. Cada elemento expressa o grupo, ao mesmo tempo que o grupo “fala” de cada um... O grupo é um grande corpo constituído de suas diferenciadas partes. Assim como cada elemento é diferente, cada grupo também é único porque é diferente.

[...]

É no exercício das tarefas que cada grupo constrói seu “corpo”. É no registro e na socialização de suas reflexões, seus pensamentos, que cada grupo escreve sua história.”

Madalena Freire

RESUMO

Este estudo buscou analisar a participação dos professores de uma escola pública de Samambaia, na construção do PPP. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e desenvolveu-se a partir de uma análise documental do Projeto político-pedagógico (PPP), de entrevista da diretora e questionários aplicados a vice-diretora, a duas coordenadoras e oito professoras. A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal traz orientações pedagógicas para nortear a elaboração desse documento com vistas a sua produção democrática enquanto política presente na Lei de Gestão Democrática e no Regimento interno das escolas públicas do DF. Após a análise de dados, observou-se que as professoras e coordenadoras consideram importante a participação coletiva nesse processo, mas não se vêem como agentes ativos, pois consideram que a equipe gestora elabora o documento e apresenta à comunidade escolar e que o projeto de leitura/letramento nele presente é o que se destaca como orientador do trabalho escolar. Evidenciou-se discordâncias nas visões quanto a elaboração e aplicação do PPP o que demonstra a necessidade de reflexão por parte de todos (gestores, coordenadores, professores, famílias, alunos, auxiliares de educação) visando ao processo democrático de produção do PPP para que se torne identidade real da escola com o envolvimento de todos os sujeitos da comunidade escolar rompendo com a burocratização ainda presente.

Palavras-chave: Projeto político-pedagógico, Gestão Democrática, Participação Coletiva.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 METODOLOGIA.....	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
3ANÁLISE DE DADOS.....	21
3.1 Análise do PPP da Escola	21
3.2 Entrevista e questionário com gestoras.....	25
3.3 Questionários com coordenadoras e professoras.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	36
APÊNDICES.....	38

INTRODUÇÃO

A construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma escola é fundamental para a construção de sua identidade, analisando sua história e trajetória, identificando sua missão, traçando objetivos e metas a atingir para a qualidade do processo educativo para que todos tenham acesso aos bens científicos, culturais e sociais tornando-se cidadãos atuantes na sociedade com ética e justiça social.

A função do projeto político-pedagógico é oportunizar que a coletividade da escola defina seu compromisso social, político e cultural com a formação de cada cidadão em seu interior através de reflexões e organização do trabalho escolar de forma democrática, inclusiva e igualitária onde todos possam construir saberes, aprimorar suas relações interpessoais com austeridade, conscientes de seus direitos e deveres para a vida em sociedade.

Assim, a presente pesquisa realizada numa Escola Classe de Samambaia/DF, no 2º semestre de 2015, buscou investigar como gestores, coordenadores e professores vêem a participação dos professores da escola na construção do Projeto político-pedagógico e sua relação com o trabalho docente. Fez-se o levantamento das limitações e possibilidades na coparticipação dos professores para compreender como acontece a construção do PPP, o planejamento das ações e reflexões para melhoria da ação educativa articulada para a fomentação da identidade da escola fortalecendo sua função social de acesso aos conhecimentos por todos os sujeitos tendo o coordenador pedagógico como articulador nesse processo.

Como questão problematizadora destacou-se: o processo de construção do PPP tem viabilizado a participação coletiva dos professores do Bloco Inicial de Alfabetização em corresponsabilidade ou tem sido uma elaboração burocrática e centralizada?

Como objetivo geral buscou-se:

- Analisar a participação dos professores no processo de construção do PPP.

Os objetivos específicos traçados foram:

- Analisar percepção dos professores sobre a própria participação na construção do PPP.
- Analisar como a equipe gestora e os coordenadores percebem a construção do PPP, quanto ao caráter coletivo e democrático.

O que me levou a realizar essa pesquisa foi a necessidade de compreender os “nós”, as dificuldades que existem nas escolas onde já trabalhei quanto a construção do projeto político-pedagógico. Muitas são as queixas quanto ao envolvimento, a fala e a escuta das demandas e problemas, a frustração dos professores por não se sentirem representados no PPP e de sentirem que esse documento é meramente burocrático e que não tem aplicabilidade.

Sou professora da SEEDF desde 1997. Atuei como professora regente de crianças de Educação Infantil até 5º ano passando por todos os anos e podendo experimentar diferentes contextos e idades. Assumi coordenação pedagógica em dois contextos diferentes: em Brazlândia durante a escola Candanga e em Samambaia antes da implementação do BIA. Na primeira experiência havia muita reflexão e estudo e a articulação do trabalho coletivo possibilitou organização participativa, dinâmica onde pudemos realizar um trabalho de qualidade no CAIC Benedito Carlos de Oliveira. Em Samambaia exerci em 2004, sozinha, a função de coordenadora, mas pude contar com o grupo de professores que se envolveram nos projetos de trabalho propostos e até produzimos livros com textos escritos pelos alunos. No ano seguinte, também como coordenadora, tive uma colega para dividir as demandas e continuamos melhorando as articulações com o grupo docente.

Mas as fragilidades existiram principalmente quanto à parceria com Equipe Gestora que focam em questões gerais, administrativas, de disciplina, de atendimento às famílias e alunos. Essa desarticulação dificultava um pouco o diálogo sobre questões importantes como avaliação, currículo, metodologia, relações interpessoais, mas não impossibilitava e com muito jogo de cintura pudemos imprimir qualidade em nosso trabalho.

Acredito que com esses documentos oficiais construídos para direcionar a coordenação pedagógica, o trabalho coletivo e a gestão democrática, é possível construir um espaço de coordenação pedagógica que viabilize a produção coletiva

do Projeto político-pedagógico que retrate a identidade da escola e que proponha ações efetivas para a qualidade do ensino e da aprendizagem de todos.

A investigação, na presente escola alvo da pesquisa onde encontro-me atendendo turmas de primeiro ano do BIA, trata da participação dos docentes na construção do PPP da escola e deu-se por meio de uma abordagem qualitativa, que requer do pesquisador a busca por fidedignidade observando, com critérios definidos, os resultados empíricos apresentados pelos sujeitos abordados revelando como eles se percebem nesse contexto. Foi utilizada uma amostra de professores, coordenadores e gestores que forneceram suas opiniões e visões através de questionários e entrevista acerca do tema para análise e compreensão de como ocorrem essas relações entre os sujeitos entorno da elaboração do projeto político-pedagógico da escola. Através da análise documental do Projeto político-pedagógico oficial da escola buscou-se compreender seu processo de construção e o que dispõe sobre a proposta de trabalho da escola.

A pesquisa traz a metodologia utilizada e a caracterização da escola pesquisada. Em seguida, há um referencial teórico acerca do tema onde os estudiosos discutem a relevância da construção coletiva do PPP numa gestão democrática prevista em lei. Esses estudiosos mostram como se dá essa elaboração nas escolas e os aspectos essenciais desse documento na caminhada de fomentação da identidade da escola através da corresponsabilidade de toda a comunidade escolar para garantir a qualidade pedagógica, social e cultural do ensino escolar. Segue a análise dos dados à luz dos estudiosos e documentos oficiais da Secretaria de Estado de Educação do DF e apresentam-se as considerações finais.

1 METODOLOGIA

Essa pesquisa tem uma abordagem qualitativa, constituindo-se num estudo de caso, onde foi realizada uma análise documental do PPP da escola, uma entrevista com a diretora e aplicação de questionários sendo um a vice-diretora, 8 professoras e 2 coordenadoras com questões abertas e discursivas.

Bogdan e Biklen (1994, p. 48) definem a investigação qualitativa como sendo descritiva, os dados da investigação são escritos com palavras e não números e incluem entrevistas, documentos, memorandos, notas de campo. Os investigadores “tentam analisar os dados em toda a sua riqueza, respeitando, tanto quanto possível, a forma em que esses foram registrados ou transcritos”.

Eles prosseguem afirmando que:

A abordagem de investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a idéia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para construir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo.(BOGDAN E BIKLEN, 1994, p. 49)

Para esses autores a investigação qualitativa suscita dados em seu ambiente natural o que exige tempo e contato direto com o objeto de pesquisa e seu contexto para melhor entendimento das ações. Os investigadores qualitativos questionam os sujeitos investigados através de estratégias e procedimentos que permitam identificar como esses sujeitos interpretam suas experiências e como agem em seu contexto social, com um diálogo entre investigador e investigado numa abordagem estruturada.

O estudo de caso é a estratégia utilizada nesta pesquisa para coletar informações sobre o que ocorre na elaboração do Projeto político-pedagógico de uma escola para, assim, compreender esse processo, esclarecendo conflitos e ações sobre o objeto em questão. Chizzotti (2006, p. 136) diz que:

No estudo de uma organização específica como escola, empresa, etc. pode-se aprofundar o conhecimento sobre seu desenvolvimento ao longo de um período, o desempenho de setores, a situação de unidades, o estágio de uma atividade específica, o processo de comunicação ou decisão, como operam os setores ou os diversos agentes.

Assim, esse recorte sobre como o PPP é construído, na visão de professores, gestores e coordenadores, possibilita explorar de forma delimitada e contextualizada as informações emergentes da visão desses sujeitos pesquisados. Este autor diz que o estudo de caso exige do pesquisador que elimine o viés analítico com convicções emocionais e pontua que: “[...] é um estudo que não visa generalizações, mas um caso pode revelar realidades universais porque, guardadas as peculiaridades, nenhum caso é um fato isolado, independente das relações sociais onde ocorre” (CHIZZOTTI, 2006, p.138).

As informações recolhidas dos sujeitos investigados revelam, a partir do seu contexto escolar, o que pode ocorrer em outras escolas, salvo suas particularidades.

Cellard (2012) trata da análise documental pontuando que este método de coleta de dados elimina a influência ou intervenção do pesquisador sobre o pesquisado, pois o documento escrito permite a análise dos conceitos, conhecimentos, práticas dos sujeitos num sentido único, sem interações, mas ao mesmo tempo, não fornece informações suplementares que estão ocultas com os sujeitos que produziram o documento. O pesquisador deverá observar a credibilidade e representatividade, o sentido da mensagem que estiver em suas mãos como sendo o testemunho escrito das ações dos sujeitos. Conforme esse autor:

[...] o exame minucioso de alguns documentos ou bases de arquivos abre, às vezes, inúmeros caminhos de pesquisa e leva a formulação de interpretações novas, ou mesmo à modificação de alguns dos pressupostos iniciais. (CELLARD, 2012, p. 298)

Alves-Mazzotti e Gewandsnajder (1998, p.168) pontuam que: “[...] a entrevista permite tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através de questionários explorando-os em profundidade.” Eles defendem que entrevistas qualitativas são pouco estruturadas assemelhando-se a uma conversa e permite ao pesquisador compreender o sentido dado pelo sujeito às situações e ações vividas.

A entrevista exige conhecimento e arte para manter o foco no tema oportunizando a maior manifestação possível do entrevistado e identificando possíveis novas temáticas que podem estar entrelaçadas. Os autores também destacam que a análise de dados é um processo complexo que necessita de uma

redução, organização e interpretação dos dados coletados identificando relações que podem gerar novas questões rumo a análise final do tema em voga.

Laville e Dionne (1999) argumentam que o questionário padronizado com uniformização de perguntas assegura que os entrevistados vejam as perguntas da mesma maneira, facilitando a análise e comparação por parte do entrevistador. Questões com respostas pré-determinadas facilitam a análise, mas podem ocultar ambiguidades de interpretação do entrevistado. Em questionários com questões abertas, permitem-se a manifestação de opiniões dos entrevistados exprimindo seus pensamentos com seu próprio sistema de referências na qualidade das respostas. Exige do pesquisador que construa categorias de análise para interpretar os dados coletados.

Portanto, de posse dessa linha metodológica, foi feito o contato com a Escola a ser pesquisada e foi solicitado, após autorização, o documento oficial do Projeto político-pedagógico de 2015 para análise de elementos que revelassem sua constituição, objetivos, metas, sujeitos envolvidos e ações previstas, identificando como se deram as relações e a participação do corpo docente.

A diretora participou de uma entrevista semiestruturada para investigar como vê a participação dos docentes na construção do PPP, as fragilidades e potencialidades conforme suas percepções.

Foi aplicado um questionário discursivo com 4 perguntas via e-mail e whatsapp para duas coordenadoras e oito professoras do Bloco Inicial de Alfabetização devido a greve da categoria que se iniciou no dia 15 de outubro, para identificar como se percebem no processo de construção do PPP e o que apontam de fragilidades e potencialidades. Por isso, não foi possível realizar a aplicação do questionário na própria escola.

Na análise de dados foram identificados os elementos congruentes e conflitantes entre as entrevistas e os questionários listando potencialidades e fragilidades destacadas pelos sujeitos à luz do que os documentos oficiais da SEEDF propõem numa reflexão com as contribuições teóricas adotadas nesta pesquisa.

Sobre a caracterização da escola pesquisada localiza-se em Samambaia e terá sua identificação preservada. Atualmente atende crianças de Educação Infantil

(4-5 anos) e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) com aproximadamente 1100 alunos. A Equipe gestora foi eleita em 2012 e reeleita em 2014. Às quartas-feiras acontecem as Reuniões Coletivas para tratar de assuntos administrativos, informativos e pedagógicos. O espaço de coordenação pedagógica, às terças-feiras e quintas-feiras, é utilizado para planejamento das aulas, preparação de materiais e atividades onde os profissionais se organizam por ano ou por afinidade tendo a presença, em alguns momentos, do coordenador pedagógico. A Equipe Especializada de Apoio a Aprendizagem traz temáticas referentes aos alunos com necessidades educativas especiais para estudo nas quartas-feiras.

A Equipe gestora apresentou alguns slides na coordenação coletiva do primeiro bimestre sobre o projeto político-pedagógico para apreciação dos professores e trouxe uma proposta de Projeto de Leitura dentro do PPP que se intitulou “O carteiro chegou” para nortear o trabalho com gêneros textuais com dramatizações realizados por professores para estímulo da leitura e escrita. O projeto de leitura é previsto no PPP.

A maioria das famílias participa das reuniões bimestrais, mas participam pouco das palestras organizadas pela Orientadora Educacional/Equipe de Apoio a Aprendizagem e Equipe gestora.

Na sala dos professores, em conversas informais, é comum os professores problematizarem sobre suas dificuldades em sala de aula e a necessidade de uma coordenação pedagógica mais integrada e articulada e sentem a necessidade de organizar melhor o projeto interventivo e o reagrupamento interclasse e que precisa de respaldo no PPP para envolver a todos os profissionais. Recentemente viu-se a necessidade de inserir no PPP uma melhor proposta para a Educação Infantil que não estavam se sentindo contempladas. Há uma organização geral da escola que possibilita a realização do trabalho pedagógico garantindo bons índices nas avaliações externas (Provinha Brasil, ANA e IDEB), mas sente-se a necessidade de aprofundar as discussões sobre as fragilidades da escola para que o trabalho coletivo integre as ações e melhore a qualidade do ensino e da aprendizagem.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As exigências da educação brasileira aprofundam-se a cada momento. A escola como espaço público, como argumenta Vieira (2001), deve viabilizar a construção da cidadania plena e justiça social nas mentes dos indivíduos a cada dia repensando a prática docente, o diálogo, a participação dos segmentos com funções de reflexão, questionamento e deliberação, redirecionando a educação para a inclusão social e econômica de todos.

O trabalho pedagógico nos tempos atuais tem-se revelado muito complexo e requer: coordenadores que exerçam a função a que se destinam viabilizando apoio, reflexão crítica, mudança de práticas, de avaliação, repensando as concepções à luz de estudos e formação continuada; professores críticos e dinâmicos em permanente estudo e trabalho coletivo; equipe gestora democrática e provocadora de reflexões articulando as falas e contribuições de todos os segmentos da escola (famílias, estudantes, professores, coordenadores, orientadores, pedagogos e funcionários) na construção de um projeto político-pedagógico que represente a identidade real da escola atendendo às demandas para garantir a qualidade de ensino para todos.

O documento “Orientação Pedagógica: projeto político-pedagógico e coordenação pedagógica nas escolas” (DISTRITO FEDERAL, 2014a) orienta a revisão dos projetos político-pedagógicos das escolas públicas do DF com um estudo coletivo desde 2013 destacando os princípios que fundamentam esse processo com a necessidade de construir um sentido coletivo de rede onde a autonomia da escola parte das diretrizes da Secretaria de Educação e não é isolado, mas dentro das especificidades de cada escola mediados por uma unidade do sistema educacional público do DF.

Este documento de Orientação Pedagógica do PPP traz a importância da sua construção coletiva e orienta como proceder para garantir a coparticipação através de colegiados na perspectiva da gestão democrática e aponta os movimentos necessários para sua construção na escola como: organização inicial para a elaboração coletiva comissão organizadora da construção coletiva; diagnóstico da escola e de seu território; as concepções que fundamentam as práticas pedagógicas e administrativas na escola; discussão e elaboração do Plano de Ação. Há documentos norteadores como a Lei de Gestão democrática nº 4751 de 2012 (que

trata sobre a autonomia, a transparência, a participação de todos os segmentos da escola), o Currículo de Educação Básica, debatido e repensado, as Diretrizes de avaliação educacional em três níveis (avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e avaliações de rede em larga escala). Tais documentos assumem a Pedagogia Histórico-crítica e a psicologia histórico-cultural como embasadores das ações pedagógicas. No projeto político-pedagógico deve-se inserir a proposta curricular que a escola irá desenvolver conforme o princípio da flexibilidade.

Souza (2005) destaca que no projeto político-pedagógico materializa-se a definição de um marco referencial, elaboração de um diagnóstico, proposição de uma programação para implementação de ações para realização de uma prática pedagógica crítica e reflexiva com a participação dos diversos segmentos de forma organizada e democrática com coordenação e articulação entre os segmentos e suas relações com compromisso e emancipação de todos.

Silva (2009) pontua que a construção coletiva do PPP não é fácil, é complexa e que é preciso que os objetivos resultem da reflexão e da definição coletiva da comunidade escolar e o coordenador como mediador e articulador do diálogo pode contribuir na explicitação desses objetivos considerando as diferenças e a diversidade cultural dos elementos do grupo. O coordenador deve auxiliar no processo comunicativo do grupo buscando responder as questões centrais da comunidade escolar de forma democrática e ética.

Essas reflexões têm acontecido na Rede Pública do DF com a implantação da gestão democrática e da eleição para diretores conforme a Lei nº 4751/2012. Nossa trajetória autoritária e repressiva ainda interfere nas relações dentro da escola. Mas vemos alguns avanços que sinalizam para atingir esse patamar de gestão democrática atualmente defendido. A SEEDF e as Coordenações Regionais de Ensino (CRE) precisam aprofundar as discussões com os Diretores e Escolas para que construam unidade de entendimento sobre esses conceitos, para que se reduzam as distorções que ainda existem sobre gestão democrática e é imperioso que se formem multiplicadores para disseminarem nas escolas esses princípios e bases conceituais para que os equívocos não permaneçam minando os avanços.

No interior das escolas, os discursos encobrem práticas burocráticas, desordenadas, desconexas e conflitantes, como aponta Souza (2005) e que estão entranhadas e precisam ser confrontadas urgentemente sem melindres para

derrubar barreiras ao trabalho coletivo e democrático. É urgente que se fomente mais discussões sobre gestão democrática para sairmos da superficialidade e da aparência para a profundidade necessária. E isso, somente poderá ocorrer com a busca incessante por maior engajamento e participação dos diversos segmentos que constituem a comunidade escolar. Além do mais, ampliando-se tal participação, também é possível vislumbrar a ampliação do campo de ação do Conselho Escolar, espaço privilegiado de diálogo, confronto de idéias e de definição de estratégias de gestão.

Vasconcellos (2002) pontua sobre a equipe diretiva (direção, supervisão, coordenação pedagógica, orientação educacional) enquanto responsável por fazer a escola funcionar pautada em um projeto coletivo (PPP). O trabalho desarticulado gera autoritarismo, desconfiança, hierarquização, descompromisso, falta de identidade coletiva.

Apesar do trabalho funcionar, pois a escola não pára, as relações entre os segmentos precisa ser melhor para possibilitar uma gestão democrática de fato com envolvimento de todos. Diversos projetos de trabalho vem acontecendo, mas os resultados das aprendizagens dos alunos, segundo os índices de avaliação em larga escala, revelam a necessidade de mais reflexões sobre o “fazer pedagógico” o que mostra que discussões mais conflituosas sobre currículo, avaliação, métodos, concepções ficam na superficialidade limitando as relações entre alunos e professor e as aprendizagens.

Placco (2009, p. 59) destaca que “lidar com o planejamento, com o desenvolvimento profissional e a formação do educador, com as relações sociais e interpessoais existentes na escola” é imprescindível para a construção de uma educação de qualidade para todos.

Vasconcellos (2002) sugere estratégias para mobilização dos sujeitos como: problematizar a alienação, provocar reflexão, ajudar a superar o isolamento, a indiferença, construir saberes, pesquisar, analisar a realidade, planejar, mediar, fazer críticas a rotina, valorizar as práticas realizadas, apoiar a equipe, criar clima de respeito e liberdade, construir coletivamente o PPP, coletividade permanente. O coordenador pedagógico e a Equipe gestora precisam estar atentos para viabilizar essas estratégias contribuindo com a construção de uma escola para todos.

Veiga (2002) destaca que o PPP deve romper com o isolamento dos sujeitos envolvidos no ambiente escolar e com a visão burocrática rumo a uma perspectiva emancipadora através do trabalho coletivo e com gestão democrática. A autora define o projeto político-pedagógico como busca de uma direção, uma ação intencional com compromisso coletivo definido. É a organização do trabalho da escola partindo dos princípios da escola pública, democrática e para todos. O PPP exige dos sujeitos da comunidade escolar a definição do tipo de escola que querem, e isso necessita de ampla participação de todos com liberdade a ser construída nas vivências coletivas interpessoais, com valorização do magistério e formação continuada de seus profissionais. Veiga propõe indagarmos sobre as características da organização escolar, as relações de poder, os conflitos com indagações como: que tipo de gestão está sendo praticada? O que queremos e precisamos mudar na nossa escola? Como são vistas a constituição e a distribuição do poder? Quais os fundamentos regimentais? E destaca que o processo eletivo para escolha de gestores, colegiados de pais e alunos como Associação de pais, de professores e grêmios, processos coletivos de avaliação da escola (institucional e em larga escala) viabilizam um PPP coletivo e representativo da identidade da escola.

Veiga (2003, p. 275) defende que:

[...] o projeto é um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias, no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo, desenvolver o sentimento de pertença, mobilizar os protagonistas para a explicitação de objetivos comuns definindo o norte das ações a serem desencadeadas, fortalecer a construção de uma coerência comum, mas indispensável, para que a ação coletiva produza seus efeitos.

De acordo com Souza (2005) o planejamento coletivo precisa se instituir como momento valioso para repensar práticas de forma emancipatória, permanente e organizada com todos os segmentos da escola superando a estrutura burocratizada e autoritária. Sobre as ações da escola, diz que:

[...] a ausência de um planejamento coletivo dessas ações resulta, muitas vezes em práticas desordenadas, desconexas ou mesmo conflitantes. [...] A participação e o envolvimento de todos nas decisões relativas ao planejamento educacional não se reduz a uma questão de ordem técnica e operacional, mas constitui-se na ação que na ação que atribui sentido ao trabalho pedagógico e produz compromisso com as ações feitas (SOUZA, 2005, p. 17-18).

O espaço-tempo da Coordenação Pedagógica precisa ser visto como imprescindível para a articulação coletiva e democrática de todos os sujeitos envolvidos enfrentando os problemas e desafios, lidando e respeitando as diferenças e as concepções de cada um para viabilizar a construção de um PPP que represente a identidade da Comunidade escolar para a aprendizagem de todos os alunos e formação continuada de professores e demais funcionários.

Lima e Santos (2007) destacam a importância do papel do coordenador no trabalho pedagógico e a necessidade de transformar seu olhar e ampliar sua escuta sobre a consciência coletiva dos segmentos da escola e sobretudo dos docentes para perceber o que acontece, como se dão as relações, quais são as fragilidades, o que emerge para contribuir para a construção de práticas pedagógicas conscientes, emancipadoras, criativas, democráticas que venham a repercutir na construção coletiva do PPP para que seja representativo da identidade da escola, propondo ações educativas eficientes, unas e articuladas para a qualidade do ensino e aprendizagem de todos os estudantes. O coordenador não terá todas as respostas, mas suas problematizações sensíveis ao contexto podem viabilizar a construção coletiva do trabalho educativo, a formação continuada refletindo sobre a realidade escolar ressignificando as ações e o planejamento da proposta político-pedagógica da escola.

Souza (2005) pontua que tradicionalmente, com a Modernidade, a sociedade e, conseqüentemente, a escola se orientam para a separação entre quem planeja e quem executa, uma característica do trabalho capitalista. Isso ainda é muito presente nas escolas, mas há avanços muito relevantes nos documentos oficiais da SEEDF que propõe reflexões para a mudança de paradigmas dentro da escola. É preciso que se perceba a hierarquização, burocratização e fragmentação do trabalho na escola e se enfrente os debates com atitude emancipatória e escuta sensível e democrática, definindo-se os papéis de cada segmento em corresponsabilidade sob uma coordenação participativa e mobilizada para o enfrentamento dos desafios que um trabalho coletivo apresenta.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal define em sua Portaria nº 284 de 31 de dezembro de 2014b que:

Art. 15. Será de responsabilidade dos Gestores das respectivas unidades escolares, bem como do Supervisor e dos Coordenadores Pedagógicos Locais, o planejamento e a execução da coordenação pedagógica local, que

contarão com a colaboração das demais esferas pedagógicas e administrativas de âmbito intermediário e central da Secretaria de Estado de Educação.

Assim, é incumbência de gestores, supervisores e coordenadores viabilizarem espaço-tempo na coordenação pedagógica para planejamento, reflexão, debate, aplicação e avaliação das ações pedagógicas, principalmente da elaboração do PPP que é a espinha dorsal do trabalho da escola. A participação de todos os sujeitos é de responsabilidade desse colegiado que responde pela escola. Suas estratégias devem viabilizar o envolvimento coletivo de todos os sujeitos e forma efetiva com escuta sensível às demandas e às sugestões de encaminhamentos, fazendo com que cada um possa construir sua identidade com o fazer pedagógico da instituição.

O Regimento Escolar da rede pública de ensino do Distrito Federal publicado em 2015 no DODF nº 91 de 13/05/2015 delibera sobre a gestão democrática em seu título I, capítulo III, seção I:

Art. 5º A Gestão Democrática da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, cuja finalidade é garantir a centralidade da unidade escolar no sistema e o caráter público quanto ao financiamento, à gestão e à destinação, observará os seguintes princípios: I - participação da comunidade escolar na definição, na implementação e no acompanhamento de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados, e participação na eleição de Diretor e Vice-Diretor da unidade escolar;

A gestão democrática aqui apontada deixa evidente a necessidade de participação da comunidade escolar em todo o processo de construção, implementação e acompanhamento das decisões escolares o que repercute no PPP através de órgãos colegiados viabilizando o efetivo envolvimento de todos. E no título I, capítulo III, seção II diz:

Art. 7º A equipe gestora é composta por Diretor e Vice-Diretor, Supervisores e Chefe de Secretaria, conforme a modulação de cada unidade escolar, em consonância com as deliberações do Conselho Escolar, respeitadas as disposições legais.

Art. 8º São atribuições da equipe gestora: I - elaborar e avaliar coletiva e continuamente o Projeto Político Pedagógico - PPP da unidade escolar, durante a sua gestão.

Sobre o coordenador pedagógico, o mesmo regimento diz no título III, capítulo I, seção I diz que:

Art. 120. São atribuições do Coordenador Pedagógico: I - elaborar, anualmente, Plano de Ação das atividades de Coordenação Pedagógica na unidade escolar; II - participar da elaboração, da implementação, do acompanhamento e da avaliação do Projeto Político Pedagógico - PPP da unidade escolar;

Vê-se que a equipe gestora e o coordenador pedagógico precisam estar articulados para criarem estratégias de participação de todos da comunidade escolar. A ação individualizada ou fragmentada gera um dismantelo das ações onde cada sujeito isoladamente tenta seguir com seu trabalho, sem coletividade, desvinculado da função primeira da gestão democrática que é o trabalho coletivo assumido por todos em colaboração e reciprocidade.

3 ANÁLISE DE DADOS

Por meio da análise documental do PPP da escola, da entrevista com a diretora e os questionários respondidos pela vice-diretora, duas coordenadoras e oito professoras, levantou-se dados relevantes sobre o processo de construção do PPP que acontece no chão da escola. O estudo de caso permitiu uma aproximação das visões dos sujeitos pesquisados que revelaram divergências, expectativas e anseios potencialmente mobilizadores de reflexões importantes para repensar a articulação desse documento no cotidiano da escola.

3.1 Análise do PPP da escola

A análise documental feita sobre o documento oficial do Projeto político-pedagógico (PPP) da escola pesquisada, do ano atual, revela sua trajetória de construção que ocorreu em 2013 com a aplicação de questionários às famílias e aos professores para levantamento das demandas, anseios e das dificuldades a serem debatidas e refletidas para a construção de estratégias de ação com vistas a traçar o caminho do trabalho pedagógico a ser realizado.

Consta desse documento a descrição de como ocorreu esse processo de construção que contou com reuniões entre professores, gestores, coordenadores, auxiliares para levantarem problemas e sugestões a serem contempladas no PPP. A equipe gestora organizou o documento e apresentou em uma assembléia de pais, ao Conselho Escolar e aos professores e auxiliares (limpeza e merenda). Este documento define-se pelo princípio da gestão democrática garantindo a participação da comunidade escolar na definição e implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras através de eleição de Gestores e Conselho Escolar para garantir a autonomia da unidade escolar conforme a LDB 9394/96 e a Lei nº 4751/2012 da Gestão Democrática, garantindo aos alunos o direito de acesso ao conhecimento científico, cultural e ético, valorização dos profissionais de Educação.

Destaca que é necessária a “participação coletiva e o comprometimento de todos os envolvidos no processo” (p.04). Propõe-se a desconstruir uma gestão autoritária para orientar-se por uma gestão democrática, conscientizando a

comunidade que a escola é patrimônio público, aperfeiçoando o trabalho da equipe, integrando os segmentos escolares, ampliando a participação dos pais, mediando conflitos, respeitando as individualidades, formando cidadãos conscientes e críticos, promovendo um ensino de qualidade, diminuindo os índices de evasão e repetência, melhorando a estrutura física da escola, ressaltando a importância do conselho escolar, promovendo a formação continuada dos professores e prestando contas dos recursos financeiros entre outros.

O projeto de trabalho norteador é sobre letramento na perspectiva dos gêneros textuais para a promoção da leitura e da escrita dos alunos e também aplica-se aos projetos interventivos e de reagrupamento para atender alunos com defasagem idade/série e com dificuldades de aprendizagem. Os projetos seguem mudando a cada ano conforme as sugestões dos professores e as demandas. O projeto de letramento se interdisciplinariza com outros temas e áreas de conhecimento conforme os planejamentos, e os personagens abordam em apresentações de teatros temas como: folclore, discriminação em razão das deficiências, prevenção às drogas, violência entre outros temas.

Toda a equipe pedagógica, segundo o documento, envolve-se na aplicação do projeto de letramento, no projeto interventivo e reagrupamento através de planejamentos coletivos semanais, quinzenais e bimestrais.

Nota-se um foco no projeto de letramento como sendo o eixo de trabalho da escola. Isso revela a presença dos projetos de trabalho que marcaram as escolas a partir do movimento da Escola Nova que defendia a mediação do professor com experiências e vivências que levassem o aluno a construir seus saberes de forma ativa e enriquecida. Como destaca Prado (2009), a pedagogia de projetos rompe com a visão de alunos passivo receptor de ensinamentos, para um sujeito atuante construindo significados e saberes a partir de pesquisas e descobertas sobre situações-problemas de seu contexto e isso levou a uma mudança de olhar sobre o currículo e sobre o ensino, culminando em mudanças significativas nas práticas pedagógicas. Contudo, Veiga (2002) pontua que o projeto político-pedagógico é um mecanismo com dimensões filosóficas, políticas, pedagógicas que viabilizam a construção da identidade da escola traçando coletivamente o caminho sócio-histórico consolidando a gestão democrática para a emancipação dos sujeitos, sendo necessário à escola perceber as diferenças estruturais para eliminá-las.

equivocos que podem limitar as reflexões sobre a função da escola, concebendo-a como espaço de experiências em torno de conhecimentos e práticas, em vez de um espaço dinâmico de múltiplas relações entre todos os sujeitos envolvidos para a emancipação de todos por meio do conhecimento em meio às tensões nas relações de poder presentes, que requerem diálogo com saberes, culturas, diversidades inerentes ao espaço social coletivo de que a escola faz parte.

O documento conta com a colaboração da orientadora educacional, pedagoga e psicóloga da Equipe Especializada de Apoio a Aprendizagem e da professora da sala de recursos. A formação continuada se dá com o compartilhamento de experiências entre os professores, com estudos sobre diversas temáticas, com palestras e oficinas com a pedagoga, a psicóloga e a orientadora educacional que também e organizam reuniões com os pais de alunos.

A avaliação ocorre ao longo do processo partindo do diagnóstico para planejar estratégias que corrijam os problemas e aperfeiçoem as estratégias visando a aprendizagem eficiente dos alunos. A equipe pedagógica vista como colaboradora nas ações deve considerar as metas e estratégias planejadas alinhadas as diretrizes da Educação Nacional e da Secretaria de Educação/DF observando as metas, o nível de participação dos professores e o desempenho dos alunos.

O documento pontua que o Currículo privilegia habilidades e competências e deve ser adaptado, ampliado, simplificado conforme a realidade escolar e as diferenças individuais dos alunos através do trabalho pedagógico a ser realizado em grupo, planejando, discutindo objetivos, diagnosticando o nível de conhecimento dos alunos, selecionando conteúdos, reunindo professores conforme o ano em que atua, definindo atividades, além de trocas de experiências.

Cabe, aqui, destacar a desatualização sobre a visão atual do Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal, onde avança-separa uma visão do currículo como instrumento que se realiza em diferentes decisões e realizações, ganhando vida em sua implementação e materializando em sua concepção através de práticas pedagógicas e avaliação, dependendo dos processos vivenciados pelos alunos. Por isso, argumenta-se que “a escola deixa de ser apenas lugar de aquisição de habilidades, competências e conhecimentos para o exercício do trabalho e torna-se espaço privilegiado de produção da cultura”(p.76), levando a valorizar saberes, práticas e conteúdos para a construção da cidadania. Isso revela

uma discrepância conceitual que precisaria ser discutida na coletividade da escola à luz de documentos oficiais da SEEDF.

O documento da Secretaria de Educação do DF “Orientação Pedagógica: projeto político-pedagógico e coordenação pedagógica das escolas”(DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 9), diz que sua elaboração deve ser “resultante de um processo coletivo de avaliação, estudo, reflexão, discussão, escrita e reescrita, principalmente, de decisão democrática”, tendo na Coordenação Pedagógica o espaço-tempo para essa construção.

No PPP dessa escola é relatado que ocorreu o processo de participação, mas não ficam evidenciados os movimentos recomendados pela SEEDF como definição da comissão organizadora (diretor, vice-diretor ou supervisor, coordenadores pedagógicos, orientador educacional, auxiliares, pedagogo e psicólogo da EEAA e da sala de recursos; metodologia de elaboração coletiva; cronograma de reuniões; registros das reuniões; elaboração de texto preliminar; encontros coletivos; discussão em pequenos grupos; apresentação da primeira versão para apreciação e complementos por toda a comunidade escolar seguindo um cronograma; apresentação da versão final do projeto para implementação, acompanhamento e avaliação.

Sobre o diagnóstico da escola, evidencia-se no PPP, mas não fica claro como foi construído. Foram utilizados questionários com pais e professores para levantar demandas, mas sobre os depoimentos abordando a história da escola, as perspectivas da comunidade escolar não há registro. Fica evidente esse levantamento dos problemas, mas não há registro sobre o que foi relatado nos questionários, o que foi apontado.

As concepções que fundamentam as práticas pedagógicas e administrativas, mostrando a filosofia da escola a partir da comunidade escolar e de todos os sujeitos envolvidas não aparecem. Há conceitos metodológicos, fragmentos de teorias que não deixam claro a opinião dos envolvidos nesse contexto.

A elaboração do Plano de Ação destaca as propostas e ações, mas não explicita claramente como será implementado, acompanhado e avaliado. Os objetivos e metas aparecem de forma genérica e até repetida.

O Projeto político-pedagógico da escola possui a estrutura física recomendada pela SEEDF e evidenciam-se as dimensões de Gestão (pedagógica, de resultados educacionais, participativa, de pessoas, financeira e administrativa) de forma genérica sem definir claramente cada dimensão.

A construção do plano de ação da Coordenação Pedagógica e do Conselho Escolar não foram evidenciados. Os coordenadores encontram-se como integrantes da comissão organizadora e auxiliares nos planejamentos das ações, projetos, mas sem especificar seu papel e se fará a escuta sensível essencial para o trabalho coletivo articulando as falas e reflexões para construir ações e estratégias. O espaço de coordenação pedagógica se configura como espaço de planejamentos, palestras, reuniões, trocas de experiências, conselhos de classes, mas sem especificar ações claras, apresenta-se de forma genérica, ampla.

Não há referência ao papel do coordenador pedagógico como professor-formador que deve articular a equipe escolar na construção e avaliação do Projeto político-pedagógico contando com o apoio da equipe gestora, orientador educacional, pedagoga e psicóloga da EEAA, visto que é proposto no documento “Orientação Pedagógica: projeto político-pedagógico e coordenação pedagógica nas escolas na gestão democrática da SEEDF/ 2014” o que revela a inobservância da necessidade de reflexão sobre a função do coordenador pedagógico.

3.2 Entrevista e questionário com gestoras

A entrevista semiestruturada com a diretora da escola e o questionário respondido pela vice-diretora trazem informações valiosas sobre a relação do Projeto político-pedagógico com o trabalho docente. A Diretora da escola, com 21 anos de magistério, exercendo essa função desde 2012 e eleita em 2013 relata a trajetória de construção do documento da escola dando mais detalhes. Ela diz que em 2013 foram aplicados questionários aos pais, funcionários, professores para levantar as demandas e sugestões a serem atendidas. Foram feitas reuniões com professores e servidores em coordenações coletivas e a vice-diretora da época sistematizou o documento e fez a apresentação aos profissionais da escola e a comunidade. Elaborou-se o projeto de letramento com a “Dona Baratinha” que

tornou-se o carro-chefe da escola. Em 2014 o documento foi reformulado pela supervisora depois de reuniões com a Coordenação Regional de Ensino (CRE) e palestras de orientação em conjunto com a Gerência de Educação Básica. Após essa reformulação, o documento da escola foi elogiado pela Coordenação Regional de Ensino (CRE), segundo a Diretora. O Projeto de letramento passou a ser sobre a Turma da Mônica que direcionou o trabalho.

Em 2015 a vice-diretora atual, relendo o documento achou que não estava tão bom. Destacou que não teve a participação efetiva dos docentes, pois o início do ano foi corrido e atípico e atrapalhou o grupo quanto a construção efetiva do PPP. Para a diretora houve participação de todos, mas a vice-diretora destaca que a participação aconteceu de forma indireta devido aos professores atuarem na escola há muito tempo e suas práticas já estarem refletidas nos objetivos e estratégias do PPP desde sua elaboração em 2013. Tanto a diretora quanto a vice-diretora pontuam que o PPP é **posto** em prática e que estão interligados com o trabalho docente e a diretora destaca as melhorias administrativas e financeiras que foram feitas depois de previstas no documento como reformas, pinturas, reparos no parquinho, compra de mobiliários, cadeiras acolchoadas, materiais pedagógicos entre outros e só não fizeram mais aquisições devido à falta de verbas do PDDE e PDAF que não foram disponibilizadas.

Sobre as potencialidades existentes na relação do PPP com o trabalho docente, ambas consideram que os projetos de letramento/leitura são desenvolvidos, recebem elogios dos pais e despertam o gosto pela leitura, aumentam a frequência na sala de leitura. Sobre as fragilidades na relação entre o PPP e o trabalho docente, ambas também concordam que os docentes não se apropriam muito das informações do documento e não pensam numa prática comum a todos os membros da escola, um eixo comum. A Diretora ainda destacou o fato de os alunos não saírem, do 1º ano do Bloco Inicial de Alfabetização, alfabetizados, lendo e escrevendo, realizando as operações matemáticas e irem passando e chegarem no 3º ano sem estarem alfabetizados. De acordo com relatos, essa situação se deve ao fato dos professores não se desdobrarem e só assumirem as turmas pela gratificação de alfabetização e excluem os alunos, não dão reforço, não trabalham de forma diversificada, mesmo que tais práticas estejam previstas no

documento da escola. Nesse sentido chama a atenção para o fato de um professor do 4º ano só perceber ter um aluno não-alfabetizado no mês de agosto.

A Diretora destaca que desde que assumiu a Direção da escola com outra vice-diretora, ficou acordado que ela cuidaria do administrativo e financeiro e a vice-diretora ficaria com o pedagógico, mas que se as coordenadoras, supervisora e vice-diretora não ousam em chamar todos à responsabilidade, fica complicado e isso acontece desde 2012.

A Diretora afirmou ainda que se sente muito triste por ver professoras utilizando o método do BA-BE-BI-BO-BU que foi usado na sua época de alfabetização com a Cartilha do Caminho Suave e que em pleno século XXI ainda ocorre. Temos um arsenal de material e pensadores, pois os tempos e a pedagogia mudaram e no Conselho de Classe fala-se dos alunos que não conseguiram... “mas como se só tem uma turma” e isso “deixa qualquer professor, qualquer gestor deprimido”.

Sobre o espaço da coordenação pedagógica contribuir para a realização do PPP pelos professores, a Diretora e vice-diretora destacam que deveria ser melhor aproveitado para o empoderamento dos docentes sobre o PPP. A Diretora pontua que apesar do espaço físico ter conforto, os professores conversam sobre suas vidas, ficam em redes sociais, cortando EVA e não discutem a aprendizagem dos alunos, maneiras de trabalhar, aulas de reforço, projeto interventivo. Fazem algumas discussões com as pessoas da Coordenação Regional de Ensino que visitam ou com a pedagoga e psicóloga da EEAA em reuniões coletivas e, no mais, é bem individualizado. Ela diz que a ameaça de cortar a jornada ampliada revela como se dá a coordenação coletiva, pois o professor não luta na greve, como pode dar exemplo de luta para os alunos e mesmo trabalhando só com uma turma, sem carência de materiais, ainda não atinge o IDEB dos “sonhos”.

O discurso acima, da Diretora e vice-diretora, mostra um incômodo com a atitude do corpo docente que parece mostrar desmotivação para o trabalho coletivo, o que indica que existe uma ausência de mobilização das gestoras para provocar reflexões em seu grupo de professores que acabam por dispersarem-se dos debates e planejamentos pedagógicos sobre o processo educativo, muitas vezes de forma incompatível com o PPP e com as diretrizes da SEEDF.

O documento da SEEDF “Orientação Pedagógica: projeto político-pedagógico e coordenação pedagógica das escolas”(DISTRITO FEDERAL, 2014a) argumenta que é difícil construir um grupo e não se dá num passe de mágica pois “a coesão e cumplicidade do grupo são possíveis, desde que haja a disposição de todos em promover mudanças a partir do Projeto Político-pedagógico da escola construído coletivamente” (p.33). A SEEDF afirma seu compromisso com a comunidade escolar na construção de uma escola que atenda os anseios da população com permanente revisão das práticas e das concepções através de decisões coletivas dentro da escola onde o sistema de ensino crie ações que conscientizem, estimulem seus profissionais dando assistência financeira e pedagógica. Por isso entende o PPP como em constante revisão para contemplar as demandas do contexto escolar. O documento da escola precisa ser revisto e não apenas apresentado. Precisa ser avaliado em toda a sua amplitude e não apenas acrescentar sugestões de projeto de letramento e alguém (vice-diretor, supervisor, coordenador) redigir os acréscimos.

Esse documento da SEEDF pontua sobre a coordenação na perspectiva de ordenação (onde o trabalho é fragmentado visando às emergências, os procedimentos e a burocratização) e na perspectiva da co-ordenação (onde o trabalho visa a reflexão da prática de forma coletiva e emancipadora numa construção colaborativa e corresponsável). Também recomenda um turno por semana para que gestores, supervisores, coordenadores pedagógicos, profissionais do SOE e EEAA, sala de recursos fazerem planejamentos de ações, estudos de temas para serem discutidos com os professores, pois além de organizar as reuniões, também contribui fortalecendo os coordenadores pedagógicos nas ações que são de sua responsabilidade.

Assim, evidencia-se, novamente que nas falas da Diretora e vice-diretora há queixas quanto a participação dos professores no trabalho coletivo em torno das propostas do PPP, mas não manifestam sugestões de estratégias para viabilizarem a efetiva participação nos planejamentos coletivos. Apesar de destacarem a presença dos projetos de letramento como carro-chefe do trabalho, não se percebe proposições que viabilizem a reflexão, formação continuada em colaboração para o trabalho coletivo.

3.3 Questionários de coordenadoras e professoras

O questionário aplicado a duas coordenadoras, com 10 e 12 anos de magistério revelam que a construção do PPP foi vista de maneira diferente entre elas. A primeira coordenadora diz que no início desse ano os membros da Direção revisaram o PPP que já estava pronto no computador. A Segunda coordenadora diz que se lembra do PPP ter sido revisto há dois anos e ter sofrido modificações de forma coletiva, mas que não conseguiu contemplar todos os aspectos. Sobre a participação dos docentes na construção do PPP a primeira coordenadora diz que não houve e que a Direção apresentou em coletiva os objetivos do documento revisado para aprovação e a segunda coordenadora disse que ocorreu a participação de forma coletiva sem mais detalhes.

Sobre o PPP ter sido colocado em prática de alguma forma na escola, as duas coordenadoras dizem que não tem sido considerado no trabalho e que as semelhanças entre a prática e o PPP são coincidências. A respeito das potencialidades na relação entre o PPP e o trabalho docente as coordenadoras dizem não identificar e que se fosse elaborado de forma participativa seria fundamental para o planejamento.

Quanto às fragilidades da relação entre o PPP e o trabalho docente, as coordenadoras destacam que esse documento é redigido para cumprir exigências burocráticas. Sobre a contribuição do espaço de coordenação pedagógica para a realização do PPP pelos professores, as coordenadoras dizem que deixa a desejar.

Assim evidencia-se a discordância entre coordenadoras e gestoras, pois a construção do PPP não é vista da mesma forma como orienta a Secretaria de Estado de Educação do DF (SEEDF). É possível perceber a ausência de colegiado articulando as discussões sobre a construção desse documento já que convergem quanto a realização desse processo delineado pela LDB 9394/96 e a Lei nº 4751/2012 da Gestão Democrática.

A aplicação de 8 questionários a professoras com tempo de magistério entre 09 e 26 anos do Bloco Inicial de Alfabetização, sendo 4 professores de 1º ano, 1 professora de 2º ano e 3 professoras de 3º ano, traz visões diferentes sobre a participação de docentes na construção do PPP.

Sobre a forma como ocorreu a construção do PPP na escola, seis professoras afirmam que foi coletivamente com a participação em reuniões para dar sugestões sobre os projetos, mas que teve função burocrática de cumprir exigências da Coordenação Regional de Ensino (CRE) e que não atendeu plenamente as demandas por ficar reduzido a projeto de leitura e plano de ações sem abordar outros itens. Uma professora disse que nunca participou da sua construção nas coletivas e outra professora disse que foi por meio de diagnóstico da realidade, mas sem detalhar a forma.

A respeito da participação na construção do PPP, seis professoras afirmam que participaram da elaboração desse documento, seja para dar sugestões sobre o projeto de letramento, seja para cumprir as exigências da Coordenação Regional de Ensino (CRE) ou para apreciação do texto elaborado pela Direção e duas professoras disseram que não houve participação, pois já estava pronto.

Quanto ao PPP ter sido colocado em prática de alguma forma, sete professoras consideram que sim, tem sido aplicado no projeto de leitura, nas coordenações coletivas, em outras atividades pedagógicas, mas acham que é pouco diante do que deveria ser e uma professora respondeu que não sem acrescentar comentários.

Quanto às potencialidades existentes na relação ente o PPP e o trabalho docente no espaço de coordenação pedagógica, quatro professoras destacaram a importância do PPP ser elaborado pelo coletivo da escola atendendo às necessidades e demandas, auxiliando no planejamento interdisciplinar dos conteúdos, com a presença dos coordenadores e da supervisora o que mostra que consideram esse documento como relevante para a escola. Duas professoras consideram que tem contribuído nos projetos onde todos se empenham para realizar e que as reuniões, quando acontecem, contribuem para o crescimento do grupo. Duas professoras dizem que não contribui para o trabalho docente porque não acontece já que as coordenadoras cumprem tarefas administrativas junto a direção, duplicação de atividades, apresentações no pátio entre outras e não estão presentes auxiliando os professores.

Sobre as fragilidades entre o PPP e o trabalho docente, duas professoras não destacaram fragilidades e ressaltaram que se bem elaborado, pode contribuir com o trabalho docente. Seis professoras destacaram que falta planejamento, muitos

docentes não tem comprometimento em participar das coletivas, só tem reuniões coletivas para falar de problemas ou planejar eventos, se a participação dos fosse efetiva, o documento não seria visto como pacote imposto, a relação está distante, as coordenações precisam ser mais planejadas, há divisão entre os turnos, cada um realiza seu trabalho de acordo com suas convicções, há individualismo, falta coletividade.

Destaca-se a fala de uma das professoras:

O coordenador tem um papel fundamental na escola e este deveria estar junto aos professores. A coordenação pedagógica, ao meu ver, é um tempo e espaço privilegiado que a escola possui e que se fosse bem aproveitado poderia contribuir para a formação e aprendizagem dos docentes e demais membros da comunidade escolar. Inclusive na discussão e construção do PPP que atenda aos anseios de todos e que conste a participação efetiva dos docentes. Assim, este seria visto com pertencimento e não como um pacote imposto por outros para os docentes cumprirem.

Através desses depoimentos nota-se uma divergência entre o que está posto no Projeto político-pedagógico da escola, e a visão de Diretora e vice-diretora, coordenadoras e professoras. O documento registra que houve participação de toda a comunidade escolar em sua elaboração através de questionários, reuniões para levantamento de sugestões e demandas e propõe um trabalho coletivo em conformidade com a Gestão Democrática e a Diretora destaca que, em 2013, isso ocorreu. Porém no presente ano, vê-se diferentes opiniões de coordenadores e professores que alegam que foi feito coletivamente ao se referir com ênfase nos projetos de letramento que são o carro-chefe da escola, que direcionam as ações, mas quanto a participação e envolvimento na construção, realização e avaliação, não está tão efetivo assim.

Percebe-se que sobre a participação coletiva da escola, há opiniões comuns sobre o pouco envolvimento, falta de planejamento, ausência de direcionamento e de coordenador no espaço de coordenação pedagógica. O papel desse profissional não parece contribuir ou ser significativo visto que não é apontado como articulador que contribui no trabalho pedagógico. Nas falas das professoras, há momentos em que se organizam em reuniões para os projetos propostos, mas outros temas do projeto político-pedagógico não são evidenciados.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal define em sua Portaria nº 284 de 31 de dezembro de 2014, referente à distribuição de carga horária

e procedimentos para a escolha de turmas e desenvolvimento das atividades de coordenação pedagógica, define que a responsabilidade de planejar, executar as ações da Coordenação Pedagógica incentivando os demais segmentos é da equipe gestora. É necessário pensar em mecanismos que concretizem essa diretriz envolvendo democraticamente a todos nesse processo.

A organização da Coordenação Pedagógica para construção do PPP e planejamentos das ações para execução e avaliação, cabe aos gestores e coordenadores para que sejam atingidos os objetivos e metas traçadas buscando estudos, reflexões, debates e redirecionamentos para assegurar o trabalho coletivo e a qualidade da aprendizagem de todos os alunos.

O documento da Secretaria de Educação do DF “Orientação Pedagógica: projeto político-pedagógico e coordenação pedagógica das escolas”(DISTRITO FEDERAL, 2014a) orienta para a importância da construção coletiva do PPP no espaço-tempo da Coordenação Pedagógica e pontua que as ações educativas que acontecem na escola são carregadas de conflitos e desafios que devem ser refletidos, questionados por todos para que se alcance uma identidade democrática que emancipe e oportunize a cidadania para todos. A comissão organizadora (gestores, coordenadores, equipe de EEAA, SOE) responsável pela organização das discussões e participação de todos. A forma de organização e planejamento direcionará os rumos do PPP e o trabalho educativo. A ausência de estratégias produtivas e democráticas poderá acarretar imobilismo, apatia, burocratização e individualização do trabalho escolar. Esse documento defende que seja construído o plano de ação da Coordenação Pedagógica para estruturar a atuação do coordenador pedagógico para que possa: discutir o seu papel na escola; identificar o que precisa ser revisto e potencializado na escola; levantar as temáticas emergentes no grupo; viabilizar espaço-tempo para a formação continuada e planejamento coletivo, elaborar um cronograma de atividades para a coordenação coletiva e por ano em comum acordo com os professores para estudos, trocas de experiências, avaliação, planejamento. A equipe gestora, o SOE, a EEAA devem apoiar as ações do coordenador para que se construa sua autoridade na escola viabilizando seu trabalho e estreitando laços com os docentes.

O distanciamento entre o proposto no documento oficial da escola (PPP) e a visão dos gestores, coordenadores e docentes gera culpabilização pelas

dificuldades no trabalho coletivo como foi relatado pelos sujeitos da pesquisa e isso inviabilizará a concretude da gestão democrática na escola.

Essa Escola apresenta um rico contexto para análise sobre a coordenação pedagógica e a construção do Projeto Político-pedagógico e revela-se como um espaço valioso para reflexão crítica sobre suas potencialidades e fragilidades para que se possa criar estratégias coletivas que aprimorem a articulação e coparticipação de todos os segmentos no PPP, enquanto identidade da escola, na busca de soluções para as demandas visando a melhoria do trabalho educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do Projeto Político-Pedagógico orientado na proposta pedagógica da Secretaria de Estado de Educação do DF determina que se dê no processo de gestão democrática definido em lei. Não é uma tarefa fácil de acontecer devido à trajetória histórica da Educação no Brasil que ocorreu de forma burocratizada, tecnicista em defesa de um tipo de qualidade pregada pelo capitalismo. Ferreira (2004) pontua que a gestão da educação no mundo globalizado precisa assumir caráter democrático para humanização das relações do coletivo da escola rompendo com a “cultura globalizada”, capitalista, consumista, excludente, violenta e autoritária que traz os indivíduos para um mundo virtual irreal alienando-os frente ao mundo real e seus conflitos sociais.

O diálogo entre todos, dentro da escola, pode romper com as relações autoritárias nas práticas educativas da coletividade de hierarquização de tarefas onde planejamento e execução se distanciam.

A gestão democrática dentro do espaço escolar levará os sujeitos a assumirem novas atitudes, mudando concepções e o coletivo escolar precisará inquietar-se, questionando-se, tomando decisões, propondo políticas e projetos comprometidos com a ética e a cidadania para todos. Isso requer um compromisso ético da consciência coletiva da escola e precisa do empenho de todos para que haja mudanças.

A transformação das visões de gestores, coordenadores e professores assim como dos demais segmentos da escola exige tempo e muita reflexão coletiva, escuta sensível, estudo, propostas de ação arrojadas que estimulem as mudanças necessárias com ações concretas em permanente avaliação e redirecionamento.

Nota-se nos sujeitos pesquisados um incômodo, uma insatisfação quanto a forma de construção do PPP e sua realização que não tem atendido os anseios de professores e coordenadores apesar de, na visão da Diretora, ter havido participação dos professores e demais segmentos na elaboração do documento em 2013.

A coordenação pedagógica precisa ser esse espaço de discussão, reflexão, fala e escuta de todos os sujeitos para que se sintam corresponsáveis pelo processo educativo e elaboração do PPP com uma identidade coletiva da escola, tendo como importante articulador o coordenador pedagógico apoiado pela Equipe gestora e Serviços de Apoio (Equipe especializada de apoio a aprendizagem, SOE e sala de recurso).

Madalena Freire(1998, p. 01) diz:

Um grupo se constrói na organização sistematizada de encaminhamentos, intervenções por parte do educador, para a sistematização do conteúdo em estudo. Um grupo se constrói no espaço heterogêneo das diferenças entre cada participante: da timidez de um, do afobamento do outro; da serenidade de um, da explosão do outro; da seriedade desconfiada de um, da ousadia do risco do outro; da mudez de um, da tagarelice de outro; do riso fechado de um, gargalhada debochada do outro; dos olhos miúdos de um, dos olhos esbugalhados do outro; de lividez de um, do encarnado do rosto do outro. Um grupo se constrói enfrentando o medo que o diferente, o novo provoca, educando o risco de ousar. Um grupo se constrói não na água estagnada do abafamento das explosões, dos conflitos, no medo em causar rupturas. Um grupo se constrói, construindo o vínculo com a autoridade entre iguais.

A construção do PPP requer a construção de um grupo capaz de ver suas limitações e propor formas de superá-las destacando suas potencialidades, integrando cada sujeito a um pensamento coletivo que garanta a aprendizagem de todos rumo a uma educação cidadã e ética. Essa elaboração coletiva é um passo valioso para a concretização da cidadania e da justiça social para todos.

A utilização do documento de Orientação Pedagógica: projeto político-pedagógico e coordenação pedagógica nas escolas na gestão democrática da SEEDF (2014a) auxilia no processo de construção do PPP através de colegiados e precisa ser apropriado pelos profissionais de Educação para uma verdadeira construção coletiva da identidade da escola. O estudo desse documento e de outras temáticas, de forma aberta, reflexiva, crítica, abre espaço para o exercício e construção da gestão democrática defendida pela luta dos Educadores e profissionais da Educação como forma de democratizar as escolas e trazer, através da identidade coletiva, aprendizagem de todos, justiça social e ética enquanto compromisso maior da Educação Pública.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J. & GEWANDSZNAJDER, F. O método nas Ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2ed. São Paulo: Ed. Pioneira 1999

BOGDAN, R. & BIKLEN, S. K. Investigação qualitativa em educação. Ed. Porto 1994

CELLARD, André. A análise documental. In POUPART, Jean et.al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução: Ana Cristina Nasser. Petrópolis RJ. Ed. Vozes, 2008 (Coleção Sociologia)

DISTRITO FEDERAL, “Currículo em movimento da Educação Básica: Pressupostos teóricos” In SEEDF.Brasília, 2013.

DISTRITO FEDERAL, “Orientação Pedagógica: projeto político-pedagógico e coordenação pedagógica nas escolas” In SEEDF.Brasília, 2014a.

DISTRITO FEDERAL, Diário Oficial nº 275 do dia 31/12/2014 - Seção 01 EXTRA. PORTARIA Nº 284, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014b.

DISTRITO FEDERAL, Diário Oficial nº 91 do dia 13/05/2015 - Seção 01. PORTARIA Nº 15, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015. Republicada por sido encaminhado com incorreções no original publicado no DODF nº 41, de 27 de fevereiro de 2015.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis, RJ Ed. Vozes, 2006.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na “cultura globalizada”. **Educação & Sociedade**, dez 2004, vol.25, n.89, p.1227-1249.

FREIRE, Madalena. **Aprendizagem, construção do conhecimento e processo grupal.** <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Regionais/108700/Documentos/DOT-P/EDUCA%C3%87%C3%83O%20INFANTIL/Forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20CP%20-%20Desafios%20e%20Pr%C3%A1ticas/3%C2%BA%20encontro/Texto%20Madalena%20Freire.doc>

FREIRE, Madalena, O que é grupo? <https://www.famema.br/ensino/capacdoc/docs/oqueumgrupo.pdf>

LAVILLE, C. & DIONNE, J. A Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução: Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre. Ed. Artmed. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999

LIMA, Paulo Gomes. SANTOS, Sandra Mendes dos. O coordenador pedagógico na Educação Básica: desafios e perspectivas. Educere ET Educare. Unioeste, Campus de Cascavel vol. 2, nº 4. Jul/dez. 2007

PLACCO, Vera Maria Nigro de S. O coordenador pedagógico no confronto com o cotidiano da escola. In: ALMEIDA, Laurinda R. de. **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. São Paulo: Loyola, 2009. p. 47-60.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico**: Do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002. p. 50 - 68.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). "Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível" 14ª edição. Ed Papyrus, 2002

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. "Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?". Cad. Cedes, Campinas, v.23, n.61, p.267-281, dezembro 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

VIEIRA, Evaldo. A política e as bases do direito educacional. Cadernos Cedes, n. 55, novembro/2001

SILVA, Marta Leandro de; Toschi, S.M [et al]. Planejamento escolar na perspectiva democrática. UFPE: 2009.

SOUZA, Ângelo Ricardo de . ET.al. Planejamento e Trabalho coletivo.MEC, Curitiba, 2005.

PRADO, Maria Elisabette Brisola Brito. Pedagogia de projetos: fundamentos e implicações. In: ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; MORAN, José Manuel (Org.). Integração das tecnologias na educação. Brasília: Ministério da Educação/SEED/TV Escola/Salto para o Futuro, 2005. cap. 1, artigo 1.1, p. 12-17. Disponível em: . Acesso em: 12 jul. 2009.http://www.virtual.ufc.br/cursouca/modulo_4_projetos/conteudo/unidade_1/Eixo1-Texto18.pdf

APÊNDICE 1

O presente questionário é parte integrante da monografia a ser produzida no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica pela UnB e visa investigar como ocorre, na prática, a participação docente na construção do PPP da escola. As informações dadas são confidenciais e não é necessário colocar seu nome. Desde já agradecemos a participação.

QUESTIONÁRIO

Função:_____ Ano em que atua:_____
Quantos anos de docência:_____

De que forma ocorreu a construção do PPP na sua escola?

Na sua opinião, como ocorreu a participação dos docentes na construção do PPP?

O PPP tem sido colocado em prática de alguma forma? Como?

Que potencialidades e fragilidades você identifica na relação entre o PPP e o trabalho docente no espaço de coordenação pedagógica?

APÊNDICE 2

A presente entrevista é parte integrante da monografia a ser produzida no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica pela UnB e visa investigar como ocorre na prática a participação docente na construção do PPP da escola. Os dados fornecidos são confidenciais e não é necessário identificar-se. Desde já agradecemos a participação.

Função: _____

Tempo de docência: _____

Tempo de gestão: _____

Por eleição ou indicação: _____

De que forma ocorreu a construção do PPP na sua escola?

Que estratégias foram usadas?

Na sua opinião, como ocorreu a participação dos docentes na construção do PPP?

Que outros sujeitos participaram da elaboração do PPP?

O PPP tem sido colocado em prática de alguma forma? Como?

Que potencialidades você identifica na relação do PPP com o trabalho docente?

Que fragilidades você identifica na relação entre o PPP e o trabalho docente?

Como tem sido o envolvimento dos professores?

Quanto ao trabalho pedagógico, que problemas você

O espaço da coordenação pedagógica tem contribuído de que forma para a realização do PPP pelos professores?

APÊNDICE 3

Análise do PPP

1-Objetivos do PPP

2-Como o PPP da escola vê o trabalho pedagógico coletivo?

3-Como o PPP define o papel de seus sujeitos (gestores, coordenadores, professores, famílias, alunos, auxiliares de Educação) no plano de ação?

4-Como o PPP define a avaliação do seu Plano de ação?

APÊNDICE 4

CRONOGRAMA

15/08	O método científico: O que é pesquisa/
21/08	Etapas de uma pesquisa
30/08	Projeto de pesquisa
26/09	Referencial teórico
11/10	Método e metodologia
26/10	Elaboração de instrumentos de coleta de dados
31/10	Correções no referencial teórico
04/11	Análise documental do PPP
10/11	Coleta de dados e análise
01/12	Conclusões
03/12	Revisão final e encadernação em espiral
04/12	Entrega para a banca
11/12	Apresentação de banner ao tutor
19/12	Defesa junto a banca examinadora